

EDITAL Nº 04/2026**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA - ALE/RR****PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 04/2026****PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 103/2025****Objeto**

Aquisição de 47 (quarenta e sete) kits escolares destinados à premiação de alunos de escolas públicas do Estado de Roraima que participaram do “Projeto Educacional Parlamento Jovem” da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE/RR) nas edições do exercício de 2024 e 2025, conforme as especificações e quantidades detalhadas neste Instrumento.

ABERTURA DO CERTAME**DADOS****ABERTURA DO CERTAME****DATA:****12/03/2026****HORÁRIO:****10 h e 00 min (horário de Brasília)**

Havendo divergência entre a especificação do Sistema e a do Edital, prevalecerá a do Edital.

Todas as referências de tempo no Edital, e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RRsup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: Nº 103/2025

OBJETO: Aquisição de 47 (quarenta e sete) kits escolares destinados à premiação de alunos de escolas públicas do Estado de Roraima que participaram do “Projeto Educacional Parlamento Jovem” da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE/RR) nas edições do exercício de 2024 e 2025, conforme as especificações e quantidades detalhadas neste Instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 55.060,50 (cinquenta e cinco mil, sessenta reais e cinquenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/03/2026 às 10 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO.

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

UASG: 926910

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DA ABERTURA DA SESSÃO
3. DO CREDENCIAMENTO
4. DA CONVOCAÇÃO/PARTICIPAÇÃO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8. DA FASE DE JULGAMENTO
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
10. DA MARGEM DE PREFERÊNCIA
11. DA NEGOCIAÇÃO
12. DOS RECURSOS
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

PREÂMBULO

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR por intermédio da Superintendência de Compras, nos termos do art. 51, Resolução Legislativa nº 002/2024, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma do [artigo 28 inciso I](#), da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), [Resolução Legislativa Nº 001/2024](#), e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** e com critério de julgamento **MENOR PREÇO** por **LOTE**, conforme condições e especificações estabelecidas neste **Edital** e seus **Anexos**.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de 47 (quarenta e sete) kits escolares destinados à premiação de alunos de escolas públicas do Estado de Roraima que participaram do “Projeto Educacional Parlamento Jovem” da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE/RR) nas edições do exercício de 2024 e 2025, conforme as especificações e quantidades detalhadas neste Instrumento.

1.2. A licitação será realizada “**POR LOTE**”, devendo o licitante oferecer proposta para todos os **itens** que o compõem o lote respectivo.

1.3 O valor **estimado** pela Administração para aquisição do objeto deste certame é R\$ 55.060,50 (cinquenta e cinco mil, sessenta reais e cinquenta centavos).

1.4. Não será concedida margem de preferência para os Itens objeto deste Certame.

2. DA ABERTURA DA SESSÃO

2.1. A abertura do certame dar-se-á em sessão pública, por meio de Sistema Eletrônico (comunicação pela Internet), dirigida por um Pregoeiro, a ocorrer conforme indicado abaixo.

DATA DA ABERTURA: 12/03/2026

HORA DA ABERTURA: 10 h (Horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

UASG: 926910

RECEBIMENTO DA PROPOSTA: a partir da disponibilização do Edital no Sistema Eletrônico - **COMPRASNET**, até o início da sessão de abertura da licitação.

2.2. Todas as referências de tempo no Edital, e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica;

3.2. O cadastro no **SICAF** deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – **ICP** – Brasil;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão;

3.4. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA CONVOCAÇÃO/PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que inscreverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o (3º) terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.5.2. Participação ou não de consórcio de empresas

4.5.2.1. A participação de empresas em consórcio não será admitida considerando que a contratação pretendida será destinada exclusivamente a ME/EPP tendo em vista o valor estimado da contratação.

4.5.2.2. A impossibilidade deste tipo de participação não gera prejuízo de competitividade, uma vez que a exclusividade destinada conforme estabelecido pela Lei nº 123/2006, visa garantir a participação, estímulo e desenvolvimento de empresas menores.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

- 4.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (**cinco por cento**) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 1976](#), concorrendo entre si;
- 4.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (**cinco**) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 4.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, atuando nessa condição;
- 4.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.10. O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.13. Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para **abertura** da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.3. No **cadastramento** da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno** porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5.2. A comprovação de regularidade **fiscal e trabalhista** das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

5.5.3. As microempresas e as empresas de pequeno porte, **deverão** apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **(05)** cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a **critério** da Administração Pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no Item 5.5.4., implicará **decadência** do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Legislação aplicável, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.6. A **falsidade** da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste **Edital**.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu **valor final mínimo** quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o **valor final mínimo**, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor **final mínimo** parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.12. O valor **final mínimo parametrizado** na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.15. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.16. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor unitário do item.**

6.1.2. Marca (quando solicitado);

6.1.3. Fabricante (quando solicitado);

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos lances propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os **preços** ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Descrição do Objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QUANT
1	Caderno 12 matérias: Formato: 200mm x 275mm. Número de folhas: 160 a 190 folhas. Capa e contracapa em papelão (capa dura). Gramatura 50g/m², Revestimento em papel Color 120g/m² e offset 120g/m². Bolsa Plástica. Folhas iniciais com	413165	Und.	47

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

	Dados pessoais, Calendário, Planejamento Anual e Mensal e Folhas pautadas com vistas a organização da rotina de estudos.			
2	Estojo de Canetas: 8 (OITO) canetas esferográficas, cores sortidas. Corpo longo de 17,5cm em plástico, tampa ventilada com clip e ponta tipo agulha. Esfera em aço inoxidável 0.7 mm que permite uma escrita fluida e confortável.	432223	Und.	47
3	Grafite com ponta 0.7mm e recarga de grafite 0.7mm: Grafite 0.7 milímetros com graduação 2B na lapiseira e recarga de grafite 0.7.	289375	Und.	47
4	Borracha: Borracha com cinta.	428584	Und.	47
5	Marca Texto Cor: Amarelo com Ponta chanfrada e Secagem rápida. Tampa com clip. Tinta à base de água sem cheiro.	477113	Und.	47
6	Post it: Contendo 90 folhas por bloco. Forma: quadrada. Dimensões: 7.6cm x 7.6cm.	412152	Und.	47
7	Cola Bastão: Cola em Bastão 21g rápida e precisa de forma de colar papéis, cartolinas, fotografias, selos, feltro, algodão, entre outros similares.	394788	Und.	47
8	Tablet: Tablet com tela de até 9" HD, memória RAM mínima de 3GB (preferencialmente 4GB), armazenamento interno de 64GB, expansível por cartão microSD de até 1TB, processador Octa-Core das marcas Qualcomm, Intel ou MediaTek, sistema operacional Android, versão 11 ou superior, conectividade Wi-Fi, 3G/4G e Bluetooth, câmera frontal com resolução mínima de 5MP e câmera traseira de 8MP, bateria de, no mínimo, 5.100mAh, porta USB tipo C, entrada para fone de ouvido de 3,5mm, microfone integrado e tecnologia de reconhecimento facial para login. Acompanha cabo USB tipo C, carregador compatível e manual do usuário, todos acondicionados na embalagem original do fabricante, contendo as peças mencionadas.	452934	Und.	47
9	Mochila: Bolsos externos com zíper para facilitar a organização, sendo o principal com trava de senha para maior segurança. Bolso interno acolchoado. Bolsos laterais para transportar garrafas com facilidade. Dimensões: 48cm x 36cm x 17cm.	613011	Und.	47

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na **data, horário e local** indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão **retirar** ou **substituir** a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente** por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor** inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (**zero vírgula um por cento**).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 (quinze) segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o MODO DE DISPUTA ADOTADO.
- 7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a (10) dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.19.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.19.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.19.6. É facultado ao Pregoeiro **prorrogar** o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.20. Após a **negociação** do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de **aceitação e julgamento** da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. **SICAF**;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, mando pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**, mando pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar com tratamento favorecido às **ME/EPPs**, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os ditames editalícios.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (**cinquenta por cento**) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação aqui exigidas, respondendo pela veracidade das informações, na forma do **art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**;

b) Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: atualizações de documentos e complementações de informação, na forma do **art. 64, e seus incisos, da Lei nº 14.133/2021**;

c) será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, e serão feitas consultas de eventual descumprimento das condições de participação especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros do TCU;

d) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do **artigo 12 da Lei nº 14.230, de 2021**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF;

9.1.3. Caso o SICAF não contemple todo o Objeto deste Pregão, encaminhar o Contrato Social, Estatuto, ou documentos pertinentes, emitidos pela Junta Comercial da sede da licitante, que contemple o objeto, para fins de habilitação;

9.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

9.2.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.3. Prova de regularidade com a FAZENDA ESTADUAL, devidamente atualizada;

9.2.4. Prova de regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL, devidamente atualizada;

9.2.5. Comprovação de regularidade com a FAZENDA FEDERAL, através da apresentação da CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, devidamente atualizada;

9.2.6. Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme [alínea "a" do artigo 27 da Lei nº. 8.036/90](#), devidamente atualizado;

9.2.7. Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, [conforme Lei nº. 12.440/11, devidamente atualizada](#);

9.2.8. Declaração que cumpre o disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

9.2.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.2.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará **dispensado** da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.3. Qualificação econômico-financeira:

9.3.1. Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data para a apresentação da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade;

9.3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma [do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005](#), sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.3.3. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos dois últimos exercícios financeiros já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo

ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.3.4 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade facultando-se a substituição pelo balanço de abertura;

9.3.5 Admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.3.6 Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o [artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.3.7 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} &\text{a) Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} \\ &\quad \text{Ativo Total} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

b) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.4. Capacidade técnica-operacional

9.4.1 Considerando que o objeto em questão trata-se do fornecimento de bens padronizados e industrializados (kits escolares), e que não há complexidade técnica associada à fabricação ou entrega dos itens, não se justifica a exigência de documentos de qualificação técnico-profissional ou técnico-operacional, nos termos do [art. 67 da Lei nº 14.133/2021](#).

9.4.2 Assim, conclui-se que não será exigida a apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional e profissional para habilitação dos fornecedores, restringindo-se a habilitação aos requisitos de ordem jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e às condições técnicas mínimas previstas no Termo de Referência, como a entrega integral, a qualidade e a conformidade dos itens.

9.5. Vistoria

9.5.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia dos serviços objetos deste Termo de Referência.

9.6. Caso o SICAF não contemple todo o Objeto deste Pregão, encaminhar o Contrato Social, Estatuto, ou documentos pertinentes, emitidos pela Junta Comercial da sede da licitante, que contemple o objeto, para fins de habilitação;

9.7. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.8. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a

habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digitalizada.

9.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.14. A habilitação será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

9.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.16. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.17. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.18. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.19. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **SICAF** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 2 (**duas**) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.20. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço.

9.21. A verificação no **SICAF** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.21.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.21.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relava à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.22. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.22.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.22.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.23. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.19.

9.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.26. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Ppresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação

9.27. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já ter sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA MARGEM DE PREFERÊNCIA

10.1. O presente capítulo é inaplicável ao presente Certame (Item 1.4 do Edital).

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. O (a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar **contraproposta** diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o **critério de julgamento de MENOR PREÇO** do valor estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do **Sistema**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

12.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que ver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Portal Nacional de Contratações Públicas.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Constituem infrações administrativas, nos termos do [art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#):

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.1.1. Sanções aplicáveis Pela inexecução total ou parcial do contrato, a ALE/RR, conforme o [art. 83 da Resolução Legislativa nº 001/2024 e os arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#), garantido à CONTRATADA ou licitante o contraditório e a ampla defesa, poderá aplicar as seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta;

b) MULTA – não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do contrato ou, quando expressamente previsto em edital, sobre o valor da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 13.1;

c) IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR – será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 13.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE – será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 13.1, bem como pelas infrações dos incisos II, III, IV, V, VI e VII que justifiquem penalidade mais grave que a prevista na alínea “c” deste subitem, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.2. Procedimentos e observações

13.2.1 A sanção de declaração de inidoneidade na alínea “d” do subitem 13.1.1 será precedida de análise jurídica e observará as regras previstas no [§ 6º e incisos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#).

13.2.2 A aplicação da sanção de multa (alínea “b”) assegurar à CONTRATADA o prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa, contado da intimação ([art. 157](#)).

13.2.3 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar (alínea “c”) e de declaração de inidoneidade (alínea “d”) requererá a instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão composta de, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, nos termos do [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#).

13.2.4. As sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente, nos termos do [art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021](#), sem prejuízo da obrigação de reparação integral dos danos, bem como das responsabilidades civil e penal decorrentes ([art. 156, §4º](#), da mesma Lei).

13.2.5. Os órgãos e entidades competentes deverão registrar as sanções aplicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, conforme determina o [art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#).

13.3 Reabilitação

13.3.1. O licitante ou contratado penalizado poderá requerer sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, desde que cumpridos os requisitos do [art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#), quais sejam:

I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II – pagamento da multa aplicada;

III – decurso do prazo mínimo de 1 (um) ano, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos, no caso de declaração de inidoneidade;

IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos acima.

13.3.2 Para os casos de infrações previstas nos incisos VIII a XII do item 13.1, será exigida, como condição adicional de reabilitação, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único](#)).

13.5. Observação final

13.5.1 A aplicação das sanções previstas neste item não excluem, em hipótese alguma, a responsabilidade de reparação integral do dano causado à Administração Pública ([art.156 §9º da Lei 14.133/2021](#)), nem as responsabilidades civis e criminais da CONTRATADA.

14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer **pessoa** é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (**três**) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em (www.gov.br/compras) no prazo de até 3 (**três**) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A **impugnação** e o **pedido de esclarecimento** poderão ser realizados por **forma eletrônica**, pelo e-mail:sup.compras@al.rr.leg.br ou por **petição** dirigida ou protocolada no endereço Rua. Araújo Filho, Nº 697, 2º Andar. Bairro Centro, Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 13:30h.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada **Ata da sessão** pública no Sistema Eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília - DF**.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e endereço eletrônico: <https://scp.al.rr.leg>

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. **ANEXO I** - Termo de Referência;

15.11.1.1. Anexo I – Detalhamento dos Valores

15.11.2 **ANEXO II** - Minuta de Termo de Contrato.

15.11.3. **ANEXO III** – Modelo da Proposta de Preço.

Charles de Oliveira Parente

Matrícula nº 18.771

Superintendente de Compras I

Resolução Nº 2143/2024 – SGP

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE:

- a) Área requisitante: **Superintendência de Logística e Gestão Patrimonial**
- b) Responsável pela demanda: **Rafaela de Jesus Silva Altino**
- c) N° de matrícula: 29.184

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Aquisição de 47 (quarenta e sete) kits escolares destinados à premiação de alunos de escolas públicas do Estado de Roraima que participaram do “Projeto Educacional Parlamento Jovem” da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE/RR) nas edições do exercício de 2024 e 2025, conforme as especificações e quantidades detalhadas neste Termo de Referência.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

3.1 **Descrição da situação atual / necessidade:** A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE/RR) executa anualmente o Projeto Educacional “Parlamento Jovem”, uma iniciativa que visa proporcionar aos estudantes de escolas públicas estaduais a vivência simulada da atividade parlamentar, incentivando o protagonismo juvenil, o interesse pela política, a compreensão do processo legislativo e o exercício da cidadania.

3.1.1 Ao final de cada edição, é realizada a tradicional cerimônia de premiação dos alunos participantes, como forma de reconhecimento pelo empenho e participação no projeto. No entanto, devido a fatores administrativos e operacionais, não foi possível realizar, até o momento, a entrega dos kits escolares referentes à edição de 2024, o que gerou a necessidade de adoção de medidas urgentes para garantir o cumprimento desse compromisso institucional.

3.1.2 Diante disso, e visando otimizar o processo e assegurar a economicidade e a eficiência administrativa, a presente contratação engloba, de forma conjunta, a aquisição dos kits escolares para os alunos das edições de 2024 e 2025, totalizando 47 (quarenta e sete) unidades. Essa solução evita atrasos futuros, reduz custos operacionais e viabiliza a entrega da premiação a todos os estudantes contemplados.

3.1.3 **Justificativa para a quantidade a ser contratada:** A quantidade de 47 kits escolares foi definida com base no número total de alunos participantes selecionados nas edições de 2024 e 2025 do Projeto “Parlamento Jovem”, conforme demanda formalizada pela Superintendência de Programas Especiais (SPE) por meio do **Memorando nº 201/SPE/ALE/RR/2025**. Trata-se de um número fechado, previamente estabelecido, que corresponde integralmente aos estudantes que devem ser premiados.

3.1.4 Cada kit será composto por 09 (nove) itens escolares, escolhidos com base na utilidade educacional e no simbolismo da premiação, garantindo a padronização do material entregue, a equidade entre os contemplados e a adequação à finalidade do projeto.

3.1.5 **Resultados esperados com a contratação:** A contratação dos kits escolares visa alcançar os seguintes resultados concretos:

- a) **Reconhecimento e incentivo aos estudantes:** Premiar o esforço, a dedicação e a participação dos 47 alunos envolvidos no projeto, promovendo a valorização do desempenho acadêmico e do engajamento cívico.
- b) **Fortalecimento institucional do Projeto “Parlamento Jovem”:** Manter a credibilidade,

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

continuidade e atratividade do projeto junto à comunidade escolar, reforçando seu papel como ferramenta de educação cidadã.

c) Regularização e celeridade na entrega da premiação: Corrigir a pendência relativa à edição de 2024 e, simultaneamente, garantir a entrega oportuna da premiação da edição de 2025, de forma eficiente, planejada e com menor custo administrativo.

d) Cumprimento dos objetivos educacionais: Contribuir para a formação política e cidadã dos jovens, estimulando seu protagonismo e ampliando a compreensão do papel do Legislativo.

e) Gestão transparente e responsável dos recursos públicos: Realizar a aquisição conforme os princípios da legalidade, economicidade e eficiência, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Resolução Legislativa nº 001/2024, assegurando a boa governança e a correta aplicação dos recursos.

3.1.6 Quanto à existência de ajuste vigente ou vencido com o mesmo objeto: Após consulta aos registros da unidade requisitante e da Superintendência de Logística, não foi identificado contrato anterior vigente ou encerrado que tenha por objeto a aquisição de kits escolares para premiação dos alunos participantes do Projeto Parlamento Jovem. Trata-se, portanto, de demanda inédita, correspondente às edições de 2024 (ainda pendente de premiação) e 2025, cuja aquisição conjunta visa regularizar a entrega e assegurar a continuidade do projeto.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

4.1 A contratação tem como objeto a aquisição de kits escolares, que se caracterizam como bens de consumo, de natureza didática e de uso individual, devendo os 09 (nove) itens que compõem cada kit serem novos, de qualidade, sem defeitos de fabricação, e em condições adequadas para uso imediato pelos estudantes premiados.

4.1.1 Detalhamento dos itens: O objeto da contratação consiste em 47 (quarenta e sete) kits escolares, os quais deverão atender integralmente às especificações técnicas e aos quantitativos descritos na tabela a seguir, garantindo a padronização, a qualidade e a conformidade com as exigências deste Termo de Referência.:

LOTE ÚNICO		
Nº	KIT ESCOLAR	QTD. DE KITS
1	Kit escolar - Parlamento Jovem, composto por 9 itens relacionados abaixo, de acordo com as especificações e quantidades apresentadas na tabela.	47

COMISSÃO DE CONFECCÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS QUE CONSTITUIRÃO O KIT ESCOLAR	CATMAT	QUANTIDADE DE ITENS	UNIDADE
1	Caderno 12 matérias	Formato: Formato: 200mm x 275mm. Número de folhas: 160 a 190 folhas. Capa e contracapa em papelão (capa dura). Gramatura 50g/m², Revestimento em papel Color 120g/m² e offset 120g/m². Bolsa Plástica. Folhas iniciais com Dados pessoais, Calendário, Planejamento Anual e Mensal e Folhas pautadas com vistas a organização da rotina de estudos.	413165	47	UND.
2	Estojo de Canetas	8 (OITO) canetas esferográficas, cores sortidas. Corpo longo de 17,5cm em plástico, tampa ventilada com clip e ponta tipo agulha. Esfera em aço inoxidável 0.7 mm que permite uma escrita fluida e confortável.	432223	47	UND.
3	Grafite com ponta 0.7mm e recarga de grafite 0.7mm	Grafite 0.7 milímetros com graduação 2B na lapiseira e recarga de grafite 0.7.	289375	47	UND.
4	Borracha	Borracha com cinta.	428584	47	UND.
5	Marca Texto	Cor: Amarelo com Ponta chanfrada e Secagem rápida. Tampa com clip. Tinta à base de água sem cheiro.	477113	47	UND.
6	Post it	Contendo 90 folhas por bloco. Forma: quadrada. Dimensões: 7.6cm x 7.6cm.	412152	47	UND.
7	Cola Bastão	Cola em Bastão 21g rápida e precisa de forma de colar papéis, cartolinas, fotografias, selos, feltro, algodão, entre outros similares.	394788	47	UND.

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.brAssinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA**, Diretor(a) da SUPADM, em 06/02/2026 11:40:38Assinado eletronicamente por **RAFAELA DE JESUS SILVA ALTINO**, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial, em 06/02/2026 15:37:39Assinado eletronicamente por **EDUARDO PEREIRA CRUZ**, Membro de Comissão, em 06/02/2026 14:02:29Assinado eletronicamente por **JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA**, Superintendente Administrativo, em 06/02/2026 12:01:43Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela UVJC.KQHU.NJIA.VZHU

8	Tablet	Tablet com tela de até 9" HD, memória RAM mínima de 3GB (preferencialmente 4GB), armazenamento interno de 64GB, expansível por cartão microSD de até 1TB, processador Octa-Core das marcas Qualcomm, Intel ou MediaTek, sistema operacional Android, versão 11 ou superior, conectividade Wi-Fi, 3G/4G e Bluetooth, câmera frontal com resolução mínima de 5MP e câmera traseira de 8MP, bateria de, no mínimo, 5.100mAh, porta USB tipo C, entrada para fone de ouvido de 3,5mm, microfone integrado e tecnologia de reconhecimento facial para login. Acompanha cabo USB tipo C, carregador compatível e manual do usuário, todos acondicionados na embalagem original do fabricante, contendo as peças mencionadas.	452934	47	UND.
9	Mochila	Bolsos externos com zíper para facilitar a organização, sendo o principal com trava de senha para maior segurança. Bolso interno acolchoado. Bolsos laterais para transportar garrafas com facilidade. Dimensões: 48cm x 36cm x 17cm.	613011	47	UND.

4.1.2 Para fins de padronização interna e simplificação, o objeto da contratação será referido como "Kits Escolares Programa Parlamento Jovem" com a quantificação total de 47 unidades, englobando cada kit todos os componentes listados na tabela acima.

4.1.3 A descrição e quantidade a serem adquiridas deverão estar de acordo com as informações descritas conforme item 4, deste Termo de Referência (TR);

4.1.4 Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, com identificação clara que inclua, sempre que aplicável: marca, fabricante, validade, lote e outras especificações relevantes;

4.1.5 Deverão ser entregues em embalagens com identificação do projeto;

4.1.6 A entrega deverá ser realizada em conjunto de objetos formando (kits), todos idênticos como os objetos de cada kit não podendo variar de um para o outro;

4.1.7 A CONTRATADA deverá além de fornecer os objetos dos kits, responsabilizar-se

4.1.8 pela customização das embalagens, todos com identificação do projeto "Parlamento Jovem";

4.1.9 Códigos e descrições do "CATMAT", constantes no SIASG (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais), citados pelo ComprasNet, podem eventualmente divergir da descrição dos itens deste objeto quanto às especificações e outras características. Na ocorrência de alguma divergência na descrição dos materiais fornecidos pelo código CATMAT, prevalece o descritivo constante neste Termo

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.ror.br

de Referência;

4.1.10 O contrato será selecionado entre empresas do ramo especializado, desde que possua requisitos técnicos em sua área de atuação e menor preço ofertado;

4.1.11 Considerando a viabilidade econômica e logística, será contratada para prestação do serviço, preferencialmente, em Boa Vista/RR.

4.1.12 Enquadramento como Bens Comuns:

4.1.12.1. Está contratação caracteriza-se como rotineira de *natureza comum*, em que os padrões de desempenho e qualidade dos produtos podem ser objetivamente aferidos por meio de especificações usuais de mercado (composição, resolução, capacidade, rendimento, dimensões, peso e outros), onde o mercado dispõe de diversas marcas e modelos, sendo possível compará-los objetivamente a partir de parâmetros descritos e características comuns entre si.

4.1.12.2. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art.7º da Resolução n. º001/2024 e art.20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.1.12.3. Estas características estão em conformidade com o inciso XIII, art. 6º da Lei nº 14.133/21, que define os bens e serviços comuns.

4.2 Mapa de risco:

RISCO	
NÃO CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	
Probabilidade:	<input type="radio"/> Baixa <input type="radio"/> Médio <input checked="" type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixa <input type="radio"/> Médio <input checked="" type="radio"/> Alta
DANOS	
1 - Prejuízo à imagem institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE/RR), caso a premiação dos estudantes não ocorra, comprometendo o encerramento simbólico do Projeto “Parlamento Jovem”.	
2 - Frustração dos alunos premiados e descrédito perante as escolas e comunidade escolar.	
3 - Desalinhamento com os objetivos educacionais do projeto e quebra de expectativa quanto ao reconhecimento do mérito estudantil.	
Ação de prevenção: Organização, planejamento e celeridade na tramitação do processo.	Responsável: Superintendência de Logística e Gestão Patrimonial
Ação de contingência: Viabilizar maior celeridade na contratação do objeto.	Responsável: Superintendência de Logística e Gestão Patrimonial

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:

5.1 O contrato terá vigência inicial de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, prazo considerado adequado para garantir a entrega dos 47 kits escolares, de forma a atender à demanda imediata das edições de 2024 e 2025 do Projeto “Parlamento Jovem” da ALE/RR. Esse período também permite margem para eventuais ajustes operacionais ou demandas administrativas decorrentes da contratação.

5.2 Considerando que se trata de fornecimento de bens com quantidades e prazos predefinidos e entrega única, a vigência contratual deverá ser suficiente para garantir a execução completa do

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

objeto, conforme art 105 da Lei nº 14.133/2021.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 Exigências de habilitação:

7.1.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação exigidas, respondendo pela veracidade das informações, na forma do **art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**;
- b) Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: atualizações de documentos e complementações de informação, na forma do **art. 64, e seus incisos, da Lei nº 14.133/2021**;
- c) será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, e serão feitas consultas de eventual descumprimento das condições de participação especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros do TCU;
- d) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do **artigo 12 da Lei nº 14.230, de 2021**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico- financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**;

7.1.3 Caso o SICAF não contemple todo o Objeto deste Pregão, encaminhar o Contrato Social, Estatuto, ou documentos pertinentes, emitidos pela Junta Comercial da sede da licitante, que contemple o objeto, para fins de habilitação;

7.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

7.2.1 A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.2 A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.3 Prova de regularidade com a FAZENDA ESTADUAL, devidamente atualizada;

7.2.4 Prova de regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL, devidamente atualizada;

7.2.5 Comprovação de regularidade com a FAZENDA FEDERAL, através da apresentação da CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, devidamente atualizada; Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do artigo 27 da Lei nº. 8.036/90, devidamente atualizado;

7.2.6 Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, conforme Lei nº. 12.440/11, devidamente atualizada;

7.2.7 Declaração que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.2.8 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual ou Municipal* relacionados

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.2.10 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3 Qualificação econômico-financeira:

7.3.1 Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data para a apresentação da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade;

7.3.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.3.3 **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos dois últimos exercícios financeiros já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.3.4 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade facultando-se a substituição pelo balanço de abertura;

7.3.5 Admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

7.3.6 Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.3.7 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

a)

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não
Circulante Ativo
Total

SG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não
Circulante Ativo
Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

b) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 01(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

7.4 Capacidade técnica-operacional

COMISSÃO DE CONFECCÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

7.4.1 Considerando que o objeto em questão trata-se do fornecimento de bens padronizados e industrializados (kits escolares), e que não há complexidade técnica associada à fabricação ou entrega dos itens, não se justifica a exigência de documentos de qualificação técnico-profissional ou técnico-operacional, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.2 Assim, conclui-se que não será exigida a apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional e profissional para habilitação dos fornecedores, restringindo-se a habilitação aos requisitos de ordem jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e às condições técnicas mínimas previstas no Termo de Referência, como a entrega integral, a qualidade e a conformidade dos itens.

7.5. Vistoria

7.5.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia dos serviços objetos deste Termo de Referência.

8. FORMA DE CONTRATAÇÃO

8.1 Classificação do Objeto

8.1.1 O objeto deste certame se caracteriza de **natureza comum**, enquadrando-se no art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade usualmente definidos no mercado, conforme evidenciado na especificação técnica do objeto constante neste Termo de Referência.

8.2 Indicação justificada da incidência de alguma das hipóteses fáticas do Sistema de Registro de Preços (SRP)

8.2.1 Não será necessário o uso do Sistema de Registro de Preço - SRP

8.2.1. IRP: A Intenção de Registro de Preço não se enquadra neste caso concreto, considerando que a ALE/RR será a única contratante, de acordo com disposto no artigo 29, § 2º, da Resolução Legislativa 001/2024, não sendo admitida a participação por órgão e/ou entidades da Administração Pública ou particular, não sendo previsto no planejamento o atendimento da necessidade para outros entes, e pelo fato da permissão exigir uma série de atos adicionais a serem realizados pela Administração, podendo prejudicar o rito processual do certame, no que se refere ao prazo e entrega do objeto, sendo este um dos fatores relevantes pois esta Administração está sem contrato vigente para o objeto em questão.

8.3 Tipo de contratação:

8.3.1. Licitação;

8.4 Modalidade de Licitação

8.4.1 Será adotada a forma de **Pregão Eletrônico**, considerando sua adequação à aquisição de bens comuns, permitindo ampla competitividade, maior transparência e economicidade, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso LVII, art. 17 da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 19 da Resolução Legislativa nº 001/2024 da ALE/RR.

8.5. Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE, conforme previsão no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.5.1 Nos termos do art. 40, incisos V, alínea "a", §2º e §3º da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo não parcelamento do objeto e pela adjudicação integral do item justifica-se em razão da necessidade de

padronização dos materiais, da entrega única e personalizada, bem como da economia de escala e da redução de custos operacionais e administrativos. A fragmentação da contratação comprometeria a qualidade, a uniformidade da premiação e o cumprimento do cronograma do Projeto Parlamento Jovem, além de aumentar os riscos de inconsistência na montagem dos kits.

8.6. Critério de adjudicação: A adjudicação será realizada por item único e indivisível, correspondente ao fornecimento de 47 (quarenta e sete) kits escolares completos e padronizados, sendo o objeto adjudicado integralmente ao licitante vencedor que apresentar a proposta mais vantajosa.

8.7. Participação ou não de consórcio de empresas

8.7.1. A participação de empresas em consórcio não será admitida considerando que a contratação pretendida será destinada exclusivamente a ME/EPP tendo em vista o valor estimado da contratação.

8.7.2. A impossibilidade deste tipo de participação não gera prejuízo de competitividade, uma vez que a exclusividade destinada conforme estabelecido pela Lei nº 123/2006, visa garantir a participação, estímulo e desenvolvimento de empresas menores.

8.8. Do tratamento diferenciado de ME/EPP:

8.8.1. Quanto ao tratamento diferenciado de ME/EPP disposto na Lei nº 123/2006, mais especificamente no seu art. 48, inciso I que diz: *“deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)”*;

8.8.2. Esta contratação será destinada para a participação exclusiva de micro empresas e empresas de pequeno porte, observadas os ordenamentos contidos na Lei supracitada, considerando que:

a) O valor estimado da contratação esteja dentro dos limites de enquadramento econômico para ME/EPP, **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**;

8.8.3. Dessa forma, permanece justificada a **aplicação do tratamento diferenciado às ME/EPP**, em observância à legislação vigente e à busca pela solução mais vantajosa para esta Casa Legislativa.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 Os requisitos para o pleno atendimento do objeto a ser contratado são:

9.1.1 Subcontratação: Não serão admitidas subcontratações total ou parcial do objeto, que ficará a cargo da contratada a integral execução do objeto.

9.1.2 Da necessidade de amostras: Devido às características do objeto, não serão necessárias amostras.

9.1.3 Sustentabilidade: A Contratada adotará as seguintes práticas de sustentabilidade, no que couber:

9.1.4 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) Para o fornecimento do material, objeto deste Termo de Referência, deverão ser observados, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão SLTI/MPOG e Decreto n.º 7.746, de

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

- b) A Contratada deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental nos termos das exigências impostas pela citada IN, mediante apresentação de declaração, reconhecida em Cartório, no ato da assinatura do Contrato.
- c) Considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde pública ocasionados pelos equipamentos, caberá a Contratada observar as políticas socioambientais, principalmente o correto descarte e o gerenciamento adequado de resíduos, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, assumindo o compromisso de cumprir toda a legislação vigente.
- d) Não obstante, sem prejuízo do indicativo Termo de Referência, a contratada, deverá, ainda, a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades.
- e) Respeitar a legislação e as Normas Técnicas Brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos, bem como as normas do INMETRO, a Lei n.º 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto n.º 10.936/2022.
- f) Descartar, em conformidade com as diretrizes do Contratante e da legislação ambiental e sanitária vigentes, todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras e entulhos, incluindo componentes substituídos, cabos, restos de óleos e graxas.
- g) Estabelecer, em comum acordo com o Contratante, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética da edificação e melhoria de desempenho de seus equipamentos.

9.2 Normativos técnicos a serem observados:

9.2.1 É importante observar normativos técnicos para garantir qualidade, sustentabilidade e adequação ao uso pretendido, tais como:

I. Materiais escolares (em geral)

ABNT NBR 15236:2005 – Materiais escolares – Requisitos de segurança aplica-se a borrachas, colas, estojos, apontadores, lápis, canetas e similares. Exige:

- 1. Ausência de toxicidade;
- 2. Limites de substâncias perigosas (como ftalatos);
- 3. Segurança para crianças e adolescentes (sem partes destacáveis pequenas, arestas cortantes etc.

b) *Portaria INMETRO nº 423/2021 – Regulamento Técnico de Avaliação da Conformidade para materiais escolares torna obrigatória a certificação de diversos itens escolares e estabelece requisitos de segurança e rotulagem para comercialização no Brasil.*

II. Papel e cadernos

- a) *ABNT NBR 10014:2007 – Papel – Determinação da gramatura utilizada para padronização da espessura e peso dos papéis utilizados em cadernos.*
- b) *ABNT NBR ISO 9706 – Papel para documentos – Requisitos de durabilidade e permanência garante que o papel utilizado nos cadernos seja resistente e apropriado para uso educacional prolongado.*

III. Mochilas escolares

- a) *ABNT NBR 16298:2014 – Mochilas escolares – Requisitos de desempenho e segurança estabelece requisitos quanto a:*

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.ror.br

1. Resistência das costuras e zíperes;
2. Ergonomia das alças;
3. Capacidade e distribuição de peso; - Ausência de partes cortantes ou tóxicas.

IV. Tablets e eletrônicos

a) ABNT NBR ISO/IEC 60950-1 – Segurança de equipamentos de tecnologia da informação. Aplica-se à fabricação de tablets, exigindo:

1. Proteção contra choques elétricos;
2. Requisitos de construção elétrica e térmica; - Resistência a sobreaquecimento.

b) Portaria INMETRO nº 170/2021 – Regulamento de Avaliação da Conformidade para Equipamentos Eletroeletrônicos, exige conformidade com normas de segurança e eficiência energética, além de rotulagem e descarte adequado.

c) Resolução CONAMA nº 401/2008 – Diretrizes para descarte de resíduos eletroeletrônicos e pilhas/baterias, aplica-se à destinação final dos tablets e sua bateria, prevendo que fabricantes sigam logística reversa.

V. Critérios ambientais e de sustentabilidade

a) Selo FSC (Forest Stewardship Council) – Certificação internacional que garante que o papel dos cadernos provém de manejo florestal sustentável.

b) Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010 aplicável ao gerenciamento das embalagens dos kits, priorizando reciclagem e descarte ambientalmente adequado.

VI. Adoção de critérios e práticas de sustentabilidade pela contratada com utilização de mecanismos de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:

a) Utilização de materiais recicláveis ou biodegradáveis nas embalagens dos kits, com incentivo à redução de plásticos descartáveis;

b) Prioridade à aquisição de produtos com certificações ambientais, tais como o Selo FSC (Forest Stewardship Council) para papel e cadernos, e o Selo ABNT Ambiental para itens de uso escolar;

c) Otimização de logística de transporte, com entrega única em lote fechado para minimizar deslocamentos e emissão de gases poluentes;

d) Redução do uso de materiais impressos, privilegiando documentação digital no processo de aquisição e entrega;

e) Destinação ambientalmente adequada dos resíduos (embalagens, caixas, sacolas), por meio de orientações da contratada sobre descarte responsável e/ou sistema de logística reversa quando aplicável;

f) Escolha de fornecedores locais ou regionais, sempre que possível, para reduzir o impacto ambiental do transporte e fomentar a economia sustentável regional;

g) Fornecimento de produtos com maior durabilidade e reutilização, como estojos e mochilas resistentes e cadernos de boa gramatura, reduzindo a geração futura de resíduos.

9.3 Garantias da contratação

9.3.1 Com base no valor estimado para esta contratação, e ainda, por não haver obrigações futuras

COMISSÃO DE CONFECCÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

após a entrega do objeto que possibilitem a ocorrência de prejuízos financeiros, não será exigida a garantia contratual, conforme previsto no art. 11, §4º, I e II do ANEXO VIII, da Resolução Legislativa nº 001/2024 – ALE/RR.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1.1 A aquisição prevista neste certame compreende a disponibilização dos materiais descritos no item 4 deste Termo de Referência, observando-se que todos os produtos devem estar em perfeitas condições de uso e conservação, novos, sem uso anterior, e com as especificações técnicas exigidas.

10.1.2 A contratada deverá seguir rigorosamente todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, assumindo total responsabilidade pela logística, manuseio, transporte, entrega, substituição (se necessário) e garantia dos materiais contratados.

10.1.3 Os itens objeto da contratação serão entregues em sua totalidade, de forma única e integral.

10.1.4 Etapas e rotinas de execução:

10.1.5 A execução do objeto será realizada em etapa única, com a entrega integral de todos os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

10.1.6 Rotinas de Execução:

➤ **Preparação dos kits escolares:** a contratada deverá realizar a separação e organização de todos os itens que comporão os kits, garantindo que cada conjunto esteja completo e em conformidade com o quantitativo definido no Termo de Referência.

➤ **Verificação de qualidade e conformidade:** antes da embalagem, a contratada deverá conferir a validade, a qualidade e a conformidade de cada item, de modo a assegurar que estejam em perfeito estado de conservação e adequados ao uso.

➤ **Embalagem adequada:** os kits deverão ser acondicionados em embalagens resistentes e apropriadas, de forma a garantir a integridade do material durante o transporte, evitando danos, extravios ou contaminações.

➤ **Transporte e descarga:** caberá à contratada providenciar o transporte seguro e a descarga dos materiais no endereço indicado pela Administração, observando as condições de manuseio e prazos estabelecidos.

➤ **Acompanhamento da entrega:** a contratada deverá designar um preposto responsável por acompanhar toda a entrega, prestar os esclarecimentos necessários e assinar os documentos pertinentes.

➤ **Conferência e recebimento:** a Administração realizará a conferência dos materiais entregues, procedendo ao recebimento provisório e, posteriormente, ao definitivo, após verificar a plena conformidade com o objeto contratado.

10.1.7 Periodicidade da Entrega: A entrega será **única, integral e simultânea**, devendo a contratada disponibilizar todos os kits em uma única remessa, no prazo definido pela Administração.

10.2 Local e condições de entrega

10.2.1 Prazos de entrega: Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para entrega dos kits escolares.

10.2.2 Local do fornecimento: Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua João Barbosa, nº 78, Bairro Mecejana, Boa Vista/RR – CEP: 69303-330, no horário de expediente do Almoarifado da Assembleia Legislativa sendo: das 08h00h às 12h00h e 14h00h às 18h00h.

10.2.3 Os 47 kits escolares deverão conter, cada um, os 09 (nove) itens especificados, e que todos os produtos sejam novos, de qualidade e embalar de forma adequada para o transporte, protegendo os materiais contra danos, umidade e extravio. A entrega será única e integral.

10.3 Recursos Humanos

10.3.1 A contratada deverá designar um preposto formalmente indicado, com autonomia para representar a empresa perante a ALE/RR, a fim de atender a demanda, acompanhar a execução do serviço e prestar os esclarecimentos necessários. O(s) profissional(is) responsável(is) pela execução direta dos serviços deverá(ão) possuir conhecimento técnico compatível com sua função.

10.4 Procedimentos e tecnologias necessárias

10.4.1 Para esta contratação não são exigidos procedimentos ou tecnologias especiais além da logística comum de fornecimento e transporte de materiais.

10.5 Critérios de Medição e Pagamento

- Unidade requisitante: deverá formalizar a requisição dos materiais;
- Fiscal do contrato: será responsável pelo acompanhamento da execução e emissão do Termo de Recebimento Provisório;
- Gestor do contrato: emitirá o Termo de Recebimento Definitivo;
- Serviço de contabilidade: realizará o processamento e liquidação do valor a ser pago;
- Autoridade competente: determinará o pagamento conforme os documentos apresentados.

	Agente/Setor	Tarefa	Artefato
Modelo de execução do objeto	Equipe de Planejamento	Indicar as condições de fornecimento (inclusive critério de medição e pagamento)	Termo de Referência
	Unidade requisitante	Requisitar os materiais contratados	Requisição de Material (RM)

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

Critério de medição e pagamento	Fiscal do contrato	Realizar acompanhamento e recebimento provisório (art. 61, I, da Resolução Legislativa nº001/2024 – ALE/RR)	Termo de recebimento Provisório
	Gestor do contrato	Realizar o recebimento definitivo (art. 61, II, da Resolução Legislativa nº 001/2024 – ALE/RR)	Termo de Recebimento Definitivo
	Serviço de contabilidade	Processar a documentação, verificando e registrando contabilmente o valor a ser pago com base no recebimento (art. 62, § 1º e 2º)	Nota de liquidação

	Autoridade Competente	Determinar o pagamento	Nota de pagamento
Modelo de Gestão de Contrato	Gestor e Fiscal do Contrato	<ul style="list-style-type: none">- Verificação do recebimento dos materiais;- Instrução de processos de prorrogação e aditivos;- Registro de ocorrências;- Representação para aplicação de sanções;- Elaboração do relatório final do contrato.	Notificação Representação Relatório Final

10.6 Condições e prazos para refazimento/substituição do objeto

10.6.1 A contratada deverá realizar a substituição ou refazimento de qualquer item fornecido que apresente falhas, vícios, má apresentação, avarias, vencimento ou que estejam em desacordo com as especificações contratuais e estéticas previamente estabelecidas. Em caso de necessidade de substituição, a contratada deverá informar, de imediato, novo prazo para a entrega dos serviços corrigidos, sendo obrigatória a conclusão da entrega no limite máximo de 10 (dez) dias corridos, a fim de garantir a adequada execução da atividade institucional. O descumprimento desse prazo poderá ensejar a aplicação de penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

10.7 Mecanismo para Materiais Imprevisíveis

10.7.1 Considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de kits escolares com composição previamente definida e especificada neste Termo de Referência, não se vislumbra a necessidade de previsão de mecanismos para fornecimento de materiais específicos cuja exigência seja imprevisível no momento da contratação.

10.8 Garantia, Validade e Assistência Técnica

10.8.1 Itens de consumo imediato ou uso único: Caderno, mochila, estojo de canetas, grafite, borracha, marca-texto, post-it e cola bastão são classificados como materiais de consumo, de uso pessoal e com vida útil limitada. Para esses itens:

- Não se exige assistência técnica ou manutenção.

COMISSÃO DE CONFECCÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

- Recomenda-se, entretanto, que os fornecedores observem padrões mínimos de qualidade e apresentação, garantindo a integridade do material no momento da entrega e a conformidade com as especificações previstas neste Estudo Técnico e posteriormente no Termo de Referência;
- A substituição do item será exigida somente em caso de avarias, vazamentos, defeitos visíveis ou em desacordo com as especificações contratuais no ato da entrega.

10.8.2 Itens duráveis:

a) Tablet – Bem Durável

➤ O fornecedor deverá oferecer garantia contratual mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega definitiva do equipamento, sem prejuízo da garantia legal de 90 (noventa) dias prevista no art. 26, inciso II, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). A garantia contratual deverá ser formalizada em termo próprio, nos termos do art. 50 do mesmo diploma legal.

➤ A chamada **garantia legal** de 90 (noventa) dias para bens duráveis não está expressamente prevista como "garantia" no CDC, mas é interpretada a partir do art. 26, inciso II, o qual determina o prazo para reclamação em caso de vício. Assim, a prática consolidada é considerar que esse prazo configura a garantia legal mínima, mesmo que o CDC não use essa nomenclatura expressamente.

10.9 Quadro-Resumo da Execução do Objeto

10.9.1 Com o objetivo de facilitar a visualização das principais etapas, prazos e responsabilidades envolvidas na execução contratual, apresenta-se o quadro a seguir, em caráter complementar às disposições anteriores:

ITEM	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Preparação dos kits escolares: separação e organização dos itens conforme especificações	Contratada	Imediatamente após assinatura do contrato
2	Verificação de qualidade e conformidade: validade, apresentação e integridade dos itens	Contratada	Antes da embalagem
3	Embalagem adequada: proteção contra danos, umidade e extravio	Contratada	Após verificação de qualidade
4	Transporte e descarga dos materiais: até o endereço indicado	Contratada	Dentro do prazo contratual
5	Acompanhamento da entrega: presença de preposto durante a entrega	Contratada	No dia da entrega

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.roraima.gov.br

6	Conferência e recebimento provisório dos materiais	Administração / Fiscal do Contrato	No ato da entrega
7	Recebimento definitivo	Gestor do Contrato	Após conferência e validação
8	Substituição/refazimento de itens com defeitos ou fora das especificações	Contratada	Até 10 dias corridos após notificação
9	Garantia do tablet (bem durável)	Contratada	12 meses a partir do recebimento definitivo
10	Atendimento de dúvidas e apoio técnico durante a execução	Preposto da contratada	Durante todo o processo de execução
11	Liquidação e pagamento	Administração (Contabilidade/Autoridade competente)	Após recebimento definitivo e apresentação de documentos

10.9.2 Este quadro não substitui as disposições constantes nas demais cláusulas deste Termo de Referência, servindo apenas como instrumento auxiliar para o acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Obrigação da Contratada:

11.1.1 Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, apresentando os documentos necessários, sempre que solicitado.

11.1.2 Substituir, no prazo estabelecido neste termo, os materiais que forem entregues apresentando adulteração de qualidade, vícios ou que sofrer eventual alteração de suas características, sendo considerados sem condições de atender o objeto;

11.1.3 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação;

11.1.4 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das obrigações/requisitos expressos neste Instrumento, posteriormente no edital, contrato e seus anexos;

11.1.5 Arcar com eventuais prejuízos causados no objeto contratual, provocados por ineficiência ou irregularidades dos empregados ou prepostos, nas entregas dos materiais;

11.1.6 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, do mesmo, visando o fiel desempenho das atividades;

11.1.7 Prestar esclarecimentos quando forem solicitados pela Contratante cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

11.1.8 Dar ciência imediata por escrito à Contratante sobre qualquer anormalidade que verificar quanto à execução do objeto contratado;

11.1.9 Fornecer o objeto embalados em material que impeça a sua danificação quando do transporte;

11.1.10 Indicar preposto responsável pelas tratativas com a contratante.

11.2. Obrigação da Contratante:

11.2.1 Exercer a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, por meio de servidor especialmente designado para este fim;

11.2.2 Promover a conferência dos materiais entregues, atestando sua conformidade ou não com relação às especificações constante neste instrumento, proposta e contrato, por meio do fiscal designado;

11.2.3 Não permitir o recebimento do objeto caso esteja em desacordo com as descrições estabelecidas;

11.2.4 Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, toda e qualquer ocorrência acerca dos fornecimentos efetuados;

11.2.5 Conferir as Notas Fiscais e, estando devidamente corretas, atestá-las. Caso seja necessário, por apresentarem falhas ou incorreções, devolvê-las à CONTRATADA para correção;

11.2.6 Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelo fornecimento realizado;

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 As comunicações entre a ALE/RR e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim através do email: logistica.ale.2021@gmail.com

12.3 A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.4 Após a assinatura do contrato a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.5 Preposto: A Contratada designará facultativamente o preposto da empresa, antes do início da prestação do serviço, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

12.6 Fiscalização: a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.7 Fiscalização Técnica: O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º). Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação

que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

12.8 Gestor do Contrato: O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.8.1 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

12.8.2 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.8.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.8.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.8.5 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.8.6 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12.8.7 O gestor do contrato será a servidora **Rafaela de Jesus Silva Altino**, matrícula nº 29184.

12.9.8 A fiscal do contrato será a servidora **Brenda Evellyn Chaves Oliveira**, Matrícula nº 31.145 e a fiscal suplente será a servidora **Gianny Pereira Ignácio**, Matrícula nº 33.672.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado após recebimento do objeto em sua totalidade, após conferência do fiscal diante da apresentação do Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento, e conferência da Nota Fiscal contendo o devido atesto pelo Gestor e Fiscal do Contrato, devendo ser em moeda corrente nacional, por meio de Crédito em Conta Corrente e de acordo com as condições constantes da proposta, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 3 (três) vias, correspondente a prestação dos serviços, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

13.1.1 A Nota Fiscal deverá indicar o número do Processo e da Nota de Empenho correspondente, os números da Conta Corrente, Agência e Banco, para a emissão do respectivo crédito em conta corrente. Os documentos a seguir discriminados deverão ser apresentados juntamente com a fatura em papel timbrado da CONTRATADA:

- a) Relatório com a descrição do serviço realizado comprovante a entrega do produto;
- b) Nota Fiscal;

c) Regularidades fiscais negativas e Regularidades positivas com efeito negativo: FGTS; Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Débitos Trabalhistas; Estadual e Municipal.

13.1.2 A CONTRATADA é a responsável por manter atualizados os dados bancários no departamento financeiro da CONTRATANTE, informando o número do banco, agência, conta corrente e demais dados para fim de depósito (pagamento das notas fiscais).

13.1.3 Se porventura forem verificadas quaisquer dúvidas ou incorreções no documento de cobrança, a CONTRATANTE devolverá à CONTRATADA as notas fiscais para correções, sendo o prazo para o pagamento reiniciado a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pela CONTRATANTE.

13.1.4 O pagamento da Nota fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor do contrato.

13.1.5 A critério único e exclusivo da CONTRATANTE poderá providenciar o pagamento da importância incontroversa, ficando para o pagamento subsequente à efetivação do acerto, ou realizará a glosa do pagamento informado a maior.

13.1.6 Do recebimento:

13.1.7 Provisório: Ocorrerá em até 5 (cinco) dias após a entrega do material, será realizado pelo fiscal, por meio de relatório detalhado contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, o qual deverá ser encaminhado aos gestores responsáveis para recebimento definitivo, juntando documentos comprobatórios, quando for o caso.

13.1.8 Definitivo: O recebimento definitivo: Ocorrerá em até 5 (cinco) dias após o recebimento provisório, emitido pelo gestor do contrato.

13.1.9 Da substituição do objeto: Quando os objetos não atenderem aos critérios estabelecidos no TR e da Proposta apresentada e validada, a Contratada deverá informar de imediato novo prazo para a entrega dos serviços corrigidos, sendo obrigatória a conclusão da entrega no limite máximo de até 10 (dez) dias corridos.

13.2 Da Garantia: Considerando a natureza dos materiais que compõem os kits escolares, é necessário distinguir os itens que não exigem manutenção ou assistência técnica, por se tratar de bens de consumo imediato ou não duráveis, daqueles que, por suas características, podem demandar garantia mínima contra defeitos de fabricação, nos termos da legislação vigente.

13.2.3 Itens de consumo imediato ou uso único:

a) Caderno, estojo de canetas, grafite, borracha, marca-texto, post-it, cola bastão e mochila são classificados como materiais de consumo, de uso pessoal e com vida útil limitada. Para esses itens:

- Não se exige assistência técnica ou manutenção.
- Recomenda-se, entretanto, que os fornecedores observem padrões mínimos de qualidade e apresentação, garantindo a integridade do material no momento da entrega e a conformidade com as especificações previstas neste Estudo Técnico e posteriormente no Termo de Referência;
- A substituição do item será exigida somente em caso de avarias, vazamentos, defeitos visíveis ou em desacordo com as especificações contratuais no ato da entrega.

13.2.4 Itens duráveis:

a) Tablet – Bem Durável

➤ O fornecedor deverá oferecer **garantia contratual** mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega definitiva do equipamento, sem prejuízo da **garantia legal** de 90 (noventa) dias prevista no art. 26, inciso II, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). A garantia contratual deverá ser formalizada em termo próprio, nos termos do art. 50 do mesmo diploma legal.

➤ A chamada **garantia legal** de 90 (noventa) dias para bens duráveis não está expressamente prevista como "**garantia**" no CDC, mas é interpretada a partir do art. 26, inciso II, o qual determina o prazo para reclamação em caso de vício. Assim, a prática consolidada é considerar que esse prazo configura a garantia legal mínima, mesmo que o CDC não use essa nomenclatura expressamente.

13.2.5 Dessa forma, a Administração assegura que a entrega dos kits será realizada com responsabilidade, com o devido zelo pela qualidade dos itens e com previsibilidade quanto às garantias exigidas, promovendo o atendimento adequado da finalidade institucional da premiação estudantil.

13.3 Instrumento de Medição de Resultado (IMR): Não é possível aferir a medição de resultados para este objeto, tendo em vista que os produtos entregues deverão ser os mesmos apresentados na proposta da contratada.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES

14.1. Práticas e condutas infratoras

Constituem infrações administrativas, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

- I** – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II** – dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV** – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX** – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.1. Sanções aplicáveis

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a ALE/RR, conforme o art. 83 da Resolução Legislativa nº 001/2024 e os arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, garantido à CONTRATADA ou licitante o contraditório e a ampla defesa, poderá aplicar as seguintes sanções:

- a) **ADVERTÊNCIA** – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta;
- b) **MULTA** – não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do contrato ou, quando expressamente previsto em edital, sobre o valor da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 14.1;
- c) **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** – será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 14.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** – será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 14.1, bem como pelas infrações dos incisos II, III, IV, V, VI e VII que justifiquem penalidade mais grave que a prevista na alínea “c” deste subitem, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.2. Procedimentos e observações

14.2.1 A sanção de **declaração de inidoneidade** na alínea “d” do subitem 14.1.1 será precedida de análise jurídica e observará as regras previstas no § 6º e incisos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

14.2.2 A aplicação da sanção de multa (alínea “b”) assegurar à CONTRATADA o prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa, contado da intimação (art. 157).

14.2.3 A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** (alínea “c”) e de **declaração de inidoneidade** (alínea “d”) requererá a instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão composta de, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

14.2.4. As sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente, nos termos do art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da obrigação de reparação integral dos danos, bem como das responsabilidades civil e penal decorrentes (art. 156, §4º, da mesma Lei).

14.2.5. Os órgãos e entidades competentes deverão registrar as sanções aplicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, conforme determina o art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

14.3 Reabilitação

14.3.1. O licitante ou contratado penalizado poderá requerer sua reabilitação perante a própria

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

autoridade que aplicou a sanção, desde que cumpridos os requisitos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II – pagamento da multa aplicada;
- III – decurso do prazo mínimo de 1 (um) ano, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos acima.

14.3.2 Para os casos de infrações previstas nos incisos VIII a XII do item 14.1, será exigida, como condição adicional de reabilitação, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único).

14.4. Observação final

14.4.1 A aplicação das sanções previstas neste item não excluem, em hipótese alguma, a responsabilidade de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art.156 §9º da Lei 14.133/2021), nem as responsabilidades civis e criminais da CONTRATADA.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 55.060,50 (Cinquenta e cinco mil, sessenta reais, cinquenta centavos);**

15.1.1. Os valores referentes a “*itens do objeto*” estão na *Pesquisa de preços, acostados a este Processo Eletrônico* para execução do fornecimento;

15.1.2. Constará em anexo planilha com os preços unitários e totais de cada item;

15.1.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

15.1.4 Condições de importação e data de câmbio para conversão

a) Com base nas informações apresentadas quanto ao objeto deste certame e por não ter inferência direta com “importação ou tributos cambiais”, assim como o **inciso XV, art. 92, da Lei nº 14.133/2021** elencar o uso de quando for o caso. Esta previsão não se aplica a esta contratação

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Casa Legislativa.

a) Programa de Trabalho: **01.101.01.031.001.2011**

b) Elemento de Despesa: **3.3.90.31 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e outras.**

c) Subelemento: **2 – Premiações Culturais**

- d) Fonte: **1.500**
e) Cód. de Acompanhamento: **0000**

17. ANEXOS

17.1. ANEXO I - DETALHAMENTO DOS VALORES

18. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Agentes das áreas requisitante e técnica que o elaboraram ETP e TR (art. 26, inciso I, anexo VIII, da Resolução Legislativa nº 001/2024 - ALE/RR)

Elaborado por:

(Assinado Eletronicamente)

Eduardo Pereira Cruz

Membro da Comissão de Confecção de ETP e TR

Matrícula nº 34.421

Solicitado por:

(Assinado Eletronicamente)

Rafaela de Jesus Silva Altino

Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial

Matrícula nº 29.184

Agentes responsáveis pela pesquisa de preços e finalização do termo de referência na Superintendência Administrativa e respectivo Supervisor (art. 26, inciso II, anexo VIII, da Resolução Legislativa nº 001/2024 - ALE/RR)

(Assinado Eletronicamente)

Liana Daniela dos Santos Silva

Diretora Administrativa

Matrícula nº 34.552

(Assinado Eletronicamente)

Janderson Junho dos Reis Barbosa

Superintendente Administrativo

Matrícula nº 33.397

COMISSÃO DE CONFECÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

ANEXO I – DETALHAMENTO DOS VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTODO	UND	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL ESTIMADO
1	Caderno 12 matérias	Banco de Preços – Contratações Públicas Similares	UND	47	R\$ 15,23	R\$ 715,81
2	Estojo de Canetas	Banco de Preços – Contratações Públicas Similares	UND	47	R\$ 15,16	R\$ 712,52
3	Grafite com ponta 0.7mm e recarga de grafite 0.7mm.	Banco de Preços – Contratações Públicas Similares	UND	47	R\$ 3,33	R\$ 156,51
4	Borracha	Banco de Preços – Contratações Públicas Similares	UND	47	R\$ 1,26	R\$ 59,22
5	Marca Texto	Banco de Preços – Contratações Públicas Similares	UND	47	R\$ 5,39	R\$ 253,33
6	Post it	Banco de Preços – Contratações Públicas Similares	UND	47	R\$ 4,66	R\$ 219,02
7	Cola Bastão	Banco de Preços – Contratações Públicas Similares	UND	47	R\$ 4,10	R\$ 192,70
8	Tablet	Banco de Preços – Contratações Públicas Similares	UND	47	R\$ 965,21	R\$ 45.364,87
9	Mochila	Banco de Preços – Contratações Públicas Similares	UND	47	R\$ 157,16	R\$ 7.386,52
Valor Total Geral					R\$ 55.060,50	

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TRAvenida Surumu, 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.brAssinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA, Diretor(a) da SUPADM**, em 06/02/2026 11:40:38Assinado eletronicamente por **RAFAELA DE JESUS SILVA ALTINO, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial**, em 06/02/2026 15:37:39Assinado eletronicamente por **EDUARDO PEREIRA CRUZ, Membro de Comissão**, em 06/02/2026 14:02:29Assinado eletronicamente por **JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA, Superintendente Administrativo**, em 06/02/2026 12:01:43Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela UVJC.KQHU.NJIA.VZHU

ANEXO II
MINUTA TERMO CONTRATO Nº XX/202X

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº XX/202X
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº: 103/2025

CONTRATO CELEBRADO ENTRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RORAIMA E
XXXXXXXXXXXX.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº **34.808.220/0001-68**, com sede situada à Praça do Centro Cívico, nº 202, Bairro Centro, Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, neste ato representado pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, Superintendente Geral, nomeado pela Resolução nº 0xx/xxxx – MD, de xx de xxxxxx de 20xx, publicada no DIALRR nº xxx de xx de xxx de 202x, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº xxx/20xx-MD, publicada no Diário da Assembleia Legislativa nº xxx, de xxx de xxxxxxxx de 20xxx, residente e domiciliado em Boa Vista/RR, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no **CNPJ** sob nº xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede situada à xxxxxxxx, Bairro xxxxxxxx, cidade de xxxxxxxx, Estado de xxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado(a) em xxxxxxxx, resolvem celebrar o presente Contrato, com fulcro no artigo [28, inciso I da Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021](#), [Resolução Legislativa Nº 001/2024](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XX/202X**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. Aquisição de 47 (quarenta e sete) kits escolares destinados à premiação de alunos de escolas públicas do Estado de Roraima que participaram do “Projeto Educacional Parlamento Jovem” da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE/RR) nas edições do exercício de 2024 e 2025, conforme as especificações e quantidades detalhadas neste Instrumento.

1.2 Objeto da Contratação:

LOTE (...)						
ITEM (S)	DESCRIÇÃO	Marca/ Modelo	UND.	QTD.	VLR. UNIT. (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
VALOR TOTAL						RS XX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. Termo de Referência;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.5. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma, regerem a execução adequada do contrato ora celebrado.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO (ART. 92, III)

2.1. O presente Contrato será regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021** e **Resolução Legislativa nº 001/2024**, assim como demais normas aplicáveis à espécie.

2.2. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na **Lei nº 14.133/2021**, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na **Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor** – e normas e princípios gerais dos contratos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O contrato terá vigência inicial de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, prazo considerado adequado para garantir a entrega dos 47 kits escolares, de forma a atender à demanda imediata das edições de 2024 e 2025 do Projeto “Parlamento Jovem” da ALE/RR. Esse período também permite margem para eventuais ajustes operacionais ou demandas administrativas decorrentes da contratação.

3.2 Considerando que se trata de fornecimento de bens com quantidades e prazos predefinidos e entrega única, a vigência contratual deverá ser suficiente para garantir a execução completa do objeto, conforme [art 105 da Lei nº 14.133/2021](#).

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento (provisório/definitivo) do objeto constam no **Item 10, 12 e 13** do Termo de Referência. (ANEXO I)

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme **Item 9.1.1.** do Termo de Referência. (ANEXO I)

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO (ART. 92, V)

6.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 92, V, VI)

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições e critérios a ele referentes encontram-se definidos no **Item 13** do Termo de Referência. (ANEXO I)

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE (ART. 92, V)

8.1. Os preços dos bens objeto deste certame são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação das propostas;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

- 9.1. Exercer a fiscalização, coordenação e acompanhamento da execução do contrato, por meio de servidores especialmente designados para este fim.
- 9.2. Promover a conferência dos materiais entregues, atestando sua conformidade ou não com relação às especificações constante neste instrumento, proposta e contrato, por meio do fiscal designado;
- 9.3 Não permitir o recebimento do objeto caso esteja em desacordo com as descrições estabelecidas;
- 9.4 Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, toda e qualquer ocorrência acerca dos fornecimentos efetuados;
- 9.5 Conferir as Notas Fiscais e, estando devidamente corretas, atestá-las. Caso seja necessário, por apresentarem falhas ou incorreções, devolvê-las à CONTRATADA para correção;
- 9.6 Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelo fornecimento realizado;
- 9.7. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, toda e qualquer ocorrência acerca da execução contratual;
- 9.8. Aplicar ao CONTRATADA as sanções previstas na lei;
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADA;
- 9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 9.11. Responder eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 dias.
- 9.12. Com relação à obrigação delineada no subitem 9.11. deste contrato, a Administração terá o prazo de 10 dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos [pela Lei nº 14.133, de 2021](#), admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

- 10.1. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, apresentando os documentos necessários, sempre que solicitado.
- 10.2. Substituir, no prazo estabelecido neste termo, os materiais que forem entregues apresentando adulteração de qualidade, vícios ou que sofrer eventual alteração de suas características, sendo considerados sem condições de atender o objeto;
- 10.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
- 10.4. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das obrigações/requisitos expressos neste Instrumento, posteriormente no edital, contrato e seus anexos;
- 10.5. Arcar com eventuais prejuízos causados no objeto contratual, provocados por ineficiência ou irregularidades dos empregados ou prepostos, nas entregas dos materiais;
- 10.6. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, do mesmo, visando o fiel desempenho das atividades;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

- 10.7. Prestar esclarecimentos quando forem solicitados pela Contratante cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- 10.8. Dar ciência imediata por escrito à Contratante sobre qualquer anormalidade que verificar quanto à execução do objeto contratado;
- 10.9. Fornecer o objeto embalados em material que impeça a sua danificação quando do transporte;
- 10.10. Indicar preposto responsável pelas tratativas com a contratante.
- 10.11. Não transferir, no todo ou em parte, as tarefas relativas ao fornecimento, objeto deste instrumento;
- 10.12. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos dos [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.13. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 10.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando couber;
- 10.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, quando couber;
- 10.16. Manter, durante a execução do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na celebração do mesmo, [art. 92, inc. XVI, da Lei nº 14.133/2021](#).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XII E XIII)

11.1. Com base no valor estimado para esta contratação, e ainda, por não haver obrigações futuras após a entrega do objeto que possibilitem a ocorrência de prejuízos financeiros, não será exigida a garantia contratual, conforme previsto no [art. 11, §4º, I e II do ANEXO VIII, da Resolução Legislativa nº 001/2024 – ALE/RR](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

- 12.1. Constituem infrações administrativas, nos termos do [art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#):
- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II – dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III – dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII – praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.1.1. Sanções aplicáveis Pela inexecução total ou parcial do contrato, a ALE/RR, conforme o [art. 83 da Resolução Legislativa nº 001/2024 e os arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#), garantido à CONTRATADA ou licitante o contraditório e a ampla defesa, poderá aplicar as seguintes sanções:

a) **ADVERTÊNCIA** – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta;
b) **MULTA** – não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do contrato ou, quando expressamente previsto em edital, sobre o valor da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 12.1;

c) **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** – será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 12.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** – será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 12.1, bem como pelas infrações dos incisos II, III, IV, V, VI e VII que justifiquem penalidade mais grave que a prevista na alínea “c” deste subitem, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2. Procedimentos e observações

12.2.1 A sanção de declaração de inidoneidade na alínea “d” do subitem 12.1.1 será precedida de análise jurídica e observará as regras previstas no [§ 6º e incisos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#).

12.2.2 A aplicação da sanção de multa (alínea “b”) assegurar à CONTRATADA o prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa, contado da intimação ([art. 157](#)).

12.2.3 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar (alínea “c”) e de declaração de inidoneidade (alínea “d”) requererá a instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão composta de, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, nos termos do [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#).

12.2.4. As sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente, nos termos do [art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021](#), sem prejuízo da obrigação de reparação integral dos danos, bem como das responsabilidades civil e penal decorrentes ([art. 156, §4º, da mesma Lei](#)).

12.2.5. Os órgãos e entidades competentes deverão registrar as sanções aplicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, conforme determina o [art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#).

12.3 Reabilitação

12.3.1. O licitante ou contratado penalizado poderá requerer sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, desde que cumpridos os requisitos do [art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#), quais sejam:

- I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;
II – pagamento da multa aplicada;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

III – decurso do prazo mínimo de 1 (um) ano, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos, no caso de declaração de inidoneidade;

IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos acima.

12.3.2 Para os casos de infrações previstas nos incisos VIII a XII do item 12.1, será exigida, como condição adicional de reabilitação, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único](#)).

12.5. Observação final

12.5.1 A aplicação das sanções previstas neste item não excluem, em hipótese alguma, a responsabilidade de reparação integral do dano causado à Administração Pública ([art.156 §9º da Lei 14.133/2021](#)), nem as responsabilidades civis e criminais da CONTRATADA.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da ALE/RR, para o exercício de 202X, na classificação abaixo:

- 1 . **Programa de Trabalho:** XX.XXX.XX.XXX.XXXX.XXXX;
- 2 . **Fonte:** X.XXX;
- 3 . **Cód. De Acompanhamento:** XXXX;
- 4 . **Elemento de Despesa:** XX.XX.XX-XX;
- 5 . **Nota de Empenho nº XX/202X**, de XX/XX/202X, de R\$ XX (XX)

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES, ACRESCIMOS E SUPRESSÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (**vinte e cinco por cento**) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (**um**) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133/2021](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

15.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observado o disposto nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018

16.1 É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.3 A Contratada fica obrigada a comunicar a ALE/RR, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

16.4 A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, e Órgãos de controle administrativo em geral;

16.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – MAPA DE RISCO (ART. 92. IX)

17.1. A cláusula contratual conforme constante no **Item 4.2.** do Termo de Referência (ANEXO I).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E DATA E TAXA DE CÂMBIO PRA CONVERSÃO (ART. 92 XV)

18.1. A cláusula contratual conforme constante **Item 15.1.4.** do Termo de Referência (ANEXO I).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO (ART.87 Resolução Legislativa Nº 001/2024)

19.1. Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011](#).

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO ([ART. 92, §1º](#))

21.1. Fica eleito o Foro de Boa Vista-RR com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas pertinentes ao cumprimento do objeto deste contrato;

21.2. E assim, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Termo de Contrato em três vias de igual teor e forma.

Boa Vista-RR, _____ de _____ de _____.

Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Superintendente Geral

Pela Empresa

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

ANEXO III**MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

(ATENÇÃO! SUBSTITUIR ESTA LOGOMARCA PELO TIMBRE DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/202X

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 103/2025

ABERTURA DIA: xx/xx/202X HORÁRIO:xxh:xxmin.

LOTE						
ITEM (ns)	DESCRIÇÃO	Marca/ Modelo	UND.	QTD.	VLR. UNIT. (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
VALOR TOTAL						R\$ XX

1.0.Observações:

1.1 Prazo de validade da proposta de ____ () dias.

2.1. DECLARAÇÃO

2.2. Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste prego.

2.3. Os preços dos serviços são de nossa exclusiva responsabilidade e não nos assistirá o direito de pleitear nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, na vigência do contrato caso seja firmado;

2.4. Esta Proposta de Preços está em conformidade com o Termo de Referência e demais documentos.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

DADOS DA EMPRESA**CNPJ:** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**Razão Social:** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**Endereço:** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**E-mail:** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**Telefone(s):** (xx) xxxxxxxx**DADOS BANCÁRIOS:****Banco:** xxxxxxxx **Agência:** xxxxxxxx **C/C:** xxxxxxxxxxxxxxxxx**REPRESENTANTE LEGAL:****Nome do representante da empresa:****Endereço:** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**Cargo/Função:** xxxxxxxxxxxxxxxxx

Cidade/UF, ____ de _____ de 202X.

Assinatura do representante legal da empresa**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)